5 O território Federal do Iguaçu

Angelo Priori
Luciana Regina Pomari
Silvia Maria Amâncio
Veronica Karina Ipólito

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PRIORI, A., et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. O Território Federal do Iguaçu. pp. 59-74. ISBN 978-85-7628-587-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

5

O Território Federal do Iguaçu

Introdução

Os conflitos de fronteira sempre marcaram a história do território paranaense. O mais conhecido de todos talvez seja o movimento do Contestado, já estudado por ampla bibliografia e por isso mesmo não incluído neste livro. Mas outra experiência também marcou significativamente a história do Paraná.

Na década de 1940, em fins da Segunda Guerra Mundial, foram criados vários territórios federais em regiões limítrofes com o objetivo de se aumentar a defesa do Brasil. Embora se trate de um tema não muito discutido pela historiografia, apresentaremos os embates políticos pela criação do Território Federal do Iguaçu, formado por áreas dos atuais Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Na década de 1920, e com maior intensidade nos anos de 1930, surgiu no Brasil, entre intelectuais e estudiosos de Geografia, uma discussão embasada na necessidade de redivisão administrativa do território brasileiro. Esse tema vinha sendo discutido desde o período colonial com as capitanias hereditárias e encontrava sua justificativa na existência de unidades federativas muito pequenas, como Sergipe e Alagoas, e outras muito grandes, como Pará e Amazonas, além da necessidade de se estabelecer uma divisão mais igualitária. O assunto passou a ser seriamente analisado, principalmente após as comemorações do centenário da

independência em 1922. Também passou a ser estudado se o Governo Federal deveria ou não pôr em prática os projetos dos territórios federais nas regiões da fronteira nacional, como era o caso do Paraná, que faz divisa com a Argentina. Havia ainda os propósitos de acelerar o povoamento e assegurar a defesa nacional onde esses territórios fossem fundados.

A idealização dos territórios federais partiu da sugestão da Comissão da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. A partir de 1943 foram criados territórios federais em todo o país, sendo um deles o do Iguaçu, que, por um curto período de tempo, abrangeu territórios dos atuais domínios do Paraná e de Santa Catarina. O decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, foi o mecanismo legal responsável por desmembrar o Paraná e Santa Catarina para dar origem ao Iguaçu. Nesse mesmo documento, foram determinadas, com partes desmembradas dos Estados do Pará, do Amazonas e de Mato Grosso, a criação dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé e de Ponta Porã.

Antecedentes da região do Território Federal do Iguaçu

Desde o período colonial a região do Iguaçu foi alvo de constantes disputas fronteiriças. Esses litígios estenderam-se até os primeiros anos da República, quando foram oficializadas as fronteiras entre Brasil e Argentina. Após a expedição comandada no século XVI pelo aventureiro espanhol, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, essa área ficou esquecida até ser novamente ocupada por missionários jesuítas que ali se estabeleceram e promoveram as reduções. Alvo de ataques, principalmente para o aprisionamento de índios, as reduções foram destruídas pelas Bandeiras no século XVII. Região quase sempre disputada entre espanhóis e portugueses, apenas em 1750, com o Tratado de Madri², foi instituída sua delimitação.

2 O Tratado de Madri estabeleceu novas fronteiras entre os territórios espanhóis e portugueses. O Oeste do Paraná foi confirmado como português e o rio Paraná passou a ser o limite de fronteira entre os domínios espanhóis e lusitanos (COLODEL, 2008).

Mesmo se destacando pelas famosas quedas d'água e a diversidade natural que emolduravam os rios Iguaçu e Paraná, a região não atraiu, num primeiro momento, investidores ou interessados em fixar residência. Nem mesmo os governantes brasileiros manifestaram preocupação com essa área. No entanto, o término da Guerra do Paraguai (1864-1870) evidenciou a apreensão com regiões de fronteira, a ponto de surgirem debates a respeito da criação de uma Colônia Militar na foz do Rio Iguaçu. Ainda assim, apenas em 1888, formou-se uma Comissão Estratégica, com o aval do Ministério da Guerra, para defender os interesses nacionais nessa região.

Instalada em Guarapuava, centro urbano mais próximo para suprir as necessidades de abastecimento, a Comissão deveria, dentre outras atribuições, construir estradas e fundar uma Colônia Militar. Após se abrirem picadas na mata e enfrentar condições adversas próprias desse ambiente, se depararam com uma região que estava sendo explorada por estrangeiros, o que envolvia atividades comerciais ilegais de erva-mate e madeira. Responsáveis por esse comércio, os argentinos ultrapassaram suas fronteiras e organizaram o contrabando de reservas naturais brasileiras, utilizando mão de obra paraguaia e o rio Paraná como via de escoamento da produção. Após esse flagrante, o governo brasileiro enviou uma segunda expedição em novembro de 1889, formando a Colônia Militar.

No entanto, a Colônia não foi capaz de inibir o comércio argentino, já bem estruturado na região. Os comerciantes argentinos exportavam os produtos naturais brasileiros, como o chá mate para a Inglaterra e a madeira para os Estados Unidos e Canadá. A vida social e econômica foi monopolizada pelos argentinos em função da distância das áreas urbanas brasileiras, o que permitiu que o trecho entre Guaíra e Foz do Iguaçu fosse considerado território argentino e mantivesse a exploração ilícita (COLODEL, 2008).

Na sua interpretação de limites, a Argentina alegava possuir plenos direitos sobre o território. Iniciou-se a chamada 'Questão de Palmas', ou mais conhecida entre os argentinos como *La Cuestión de Misiones*, na qual a Argentina reivindicava a posse de parte dos atuais territórios do Paraná e de Santa Catarina. No entanto, por meio de um arbitramento realizado

Figura 1: Mapa sobre a questão de Palmas
Fonte: WACHOWICZ (1987, p. 29).

O arbitramento não pôs fim às disputas travadas nessa região e os confrontos continuaram durante a segunda década do século XX. Nesse período, iniciou-se um litígio territorial nacional entre os Estados do Paraná e Santa Catarina por 48.000 km², que ficou conhecido como Contestado³. Paralelamente a essa disputa, desenvolveu-se na área um conflito messiânico que causou a morte de milhares de pessoas entre os anos de 1912 e 1916. Após o fim desse episódio, a questão territorial foi decidida judicialmente. O Paraná obteve pouco mais de 20.000 km², que compreendiam Clevelândia, Rio Negro e parte de União da

3 Para uma análise do Contestado, ver os excelentes livros de Queiroz (1981) e Machado (2004).

Vitória. Santa Catarina incorporou ao seu território mais de 27.000 km² com grande parte de União da Vitória e uma pequena porção do Rio Negro.

Figura 2: Mapa de localização geográfica do Contestado (PR-SC)

Fonte: Aquino (2009, p. 80).

Como podemos notar, as regiões Oeste de Santa Catarina e Oeste e Sudoeste do Paraná, onde mais tarde foi criado o Território Federal do Iguaçu, estiveram quase sempre envolvidas em disputas territoriais. Era evidente, portanto, a necessidade de se estabilizar essa área. A partir da Revolução de 1924 e da Coluna Prestes, houve a divulgação do abandono e miséria que aí se estabeleceram⁴. Militares, intelectuais e jornalistas que se refugiaram na região de Foz do Iguaçu testemunharam a presença deficitária brasileira com autoridades nacionais facilmente corrompíveis e predomínio econômico de latifundiários argentinos.

Uma região abandonada

A população que vivia nas regiões onde foi criado o Território Federal do Iguaçu fazia queixas permanentes sobre o abandono da região, tanto pelo governo do Paraná quanto de Santa Catarina. Uma das primeiras denúncias dessa situação que ganhou notoriedade nacional ocorreu durante as rebeliões tenentistas de 1924, comandadas por Isidoro Dias Lopes. Ele saiu de São Paulo para refugiar-se em Foz do Iguaçu, revelando ao país da época a clara situação de abandono em que se encontrava a região, bem como a exploração econômica que a Argentina vinha estabelecendo sobre o Brasil, mantendo trabalhadores em regime de semiescravidão, em grandes latifúndios de exploração de erva-mate.

O que mais chamou a atenção da Coluna Paulista (depois Coluna Prestes) era a desnacionalização da região do Oeste Paranaense: as línguas correntes eram o guarani e o espanhol, o dinheiro circulante era o peso argentino e atividades, como a navegação do rio Paraná e a exploração da madeira e do mate, eram todas controladas por argentinos. Assunto que teve muita repercussão na época, a denúncia demonstrava, sobretudo, o

⁴ Sobre a Revolução de 1924 e a Coluna Prestes no Paraná, recomendamos a leitura do texto de Emerson dos Santos Dias e Angelo Priori (2009).

assombramento dos jovens militares com as condições míseras de vida da população. Era uma região desamparada, sem comunicação e sem defesa, que poderia facilmente sofrer uma invasão estrangeira. Essas notícias foram veiculadas em jornais, chegaram a Curitiba, Rio de Janeiro e tornaram-se debates para muitos intelectuais da época. O sertão do Brasil, ou o interior, estava abandonado, despovoado e indefeso. Foi diante desse cenário que surgiu no governo Vargas a idealização da ‘marcha para o oeste’.

A Marcha para o Oeste e as preocupações do Estado Novo

O Território Federal do Iguaçu nasceu na conjuntura da Marcha para o Oeste. Mas afinal, o que foi esse movimento? Tratou-se de uma campanha nacionalista empreendida pelo governo Getúlio Vargas. A história desse movimento defendia a ocupação efetiva e a nacionalização das fronteiras nacionais brasileiras de Norte a Sul do país. O projeto da marcha, segundo seus idealizadores, buscava despertar, no povo que vivia na fronteira, o sentimento de nacionalidade e brasilidade. Tinha o interesse de ocupar todos os espaços demográficos vazios, promovendo um desenvolvimento e uma integração nacional. A Marcha para o Oeste reavivou as tradições coloniais e exaltou o bandeirante como herói nacional, já que este personagem histórico foi o responsável por acelerar e concluir a conquista do território brasileiro. Diante desse discurso, tratava-se de reconstruir a nacionalidade nos lugares mais isolados, menos povoados e que exibissem fragilidade.

Essa reconstrução se fez presente quando o Estado Novo decidiu concretizar sua ação política por meio da criação de territórios federais em 1943, nas regiões do Amapá, Guaporé (atual Rondônia), Rio Branco (atual Roraima), Iguaçu e Ponta Porã (parte do atual Estado de Mato Grosso do Sul).

Além dos argumentos de defesa e povoamento existem acusações que afirmam que a criação do Território do Iguaçu estava envolvida em interesses imobiliários de companhias gaúchas:

Além de nacionalizar e ocupar as fronteiras, outra questão inclusa nesse projeto eram os assuntos econômicos que estavam em evidência. Havia o interesse dos capitalistas gaúchos, por meio das companhias imobiliárias, de adquirir terras na região oeste e sudoeste do Paraná. Dessa forma, o gaúcho Vargas, conhecido pelos empresários, mostrou-se favorável a esse grupo que acabaria por incentivar a colonização do território (BAHLS, 2007, p. 104).

Mas a suposta intenção imobiliária gaúcha não seria facilmente alcançada pela decisão tomada pelo interventor e líder político, Mário Tourinho. Por meio do decreto estadual nº 300 de 1930, Tourinho determinou que as concessões de terra da antiga empresa *Brazil Railway Company* e sua subsidiária, Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco), conjuntamente com outros latifúndios e terras devolutas daquela região, ficariam, a partir daquele momento, sob o controle do poder estadual paranaense. Foi uma decisão de peso que acarretou mais tarde em uma turbulenta disputa pelas terras por parte de empresas de colonização.

Paralelamente a esses fatos estaduais, o Presidente da República, Getúlio Vargas, cuidou de elaborar um projeto para a criação dos territórios federais. Em 1931 enviou um funcionário federal para analisar o Sudoeste e o Oeste paranaense. O relatório concluiu que, por deficiências do Estado do Paraná, a região estava abandonada e que somente por meio do governo federal seria possível a missão de dar planejamento àquela área. O funcionário federal citou as dificuldades paranaenses em colonizar decentemente a região, responsabilizando também o Estado como culpado pela antiga ameaça de invasão estrangeira na denominada Questão de Palmas. Por outro lado, ele não verificou que ainda existiam grandes extensões de terras a serem colonizadas entre Guarapuava e Foz do Iguaçu.

Os encarregados de estudar a criação do Território do Iguaçu utilizaram-se do argumento deixado pelas perdas registradas na Guerra do Contestado. Se o Paraná já havia perdido quase 28.000 km² na disputa territorial com Santa Catarina, não custaria se desfazer de mais uma quantia de 45.000 km². Por ser contrário a esses argumentos, o então interventor da época, Mario Tourinho, foi demitido por Getúlio Vargas e Manoel Ribas assumiu o cargo de interventor. A partir desse momento, começaram a efervescer discussões em torno da criação de um território federal no Paraná. A classe política de Santa Catarina e a do Paraná, em sua maioria, eram contra o projeto de Vargas. Diante dessa resistência, Vargas engavetou temporariamente o projeto, aguardando os ânimos se acalmarem. Mas retomou a questão alguns anos mais tarde.

A questão foi novamente revista quando Vargas assumiu poderes ditatoriais com o regime estadonovista. O artigo 165 da Constituição de 1937 retomava o assunto e retirava dos Estados qualquer iniciativa de colonização na área onde seria implantado o território federal. Em dimensões paranaenses isso compreendia uma faixa de 47.154 km² com cerca de 3.600 famílias e em Santa Catarina eram cerca de 14.000 km².

O Governo Federal retomou os planos e atuou em silêncio. Não houve debates em jornais e outros meios de comunicação. A decisão deixou todos surpresos, como afirma o Professor Brasil Pinheiro Machado, na época, o Procurador Geral do Estado: “O decreto que criou o Território do Iguaçu foi um impacto, pelo menos nos círculos que eu freqüentava. Não conhecia nada, nada dos antecedentes” (MACHADO apud WACHOWICZ, 1987, p. 147).

Os que argumentavam contra, se perguntavam: se o território deveria abranger uma área de fronteira, por que teria que ser criado em terras do Paraná e de Santa Catarina e não em terras do Rio Grande do Sul onde também havia regiões limítrofes? Essa indignação estava presente principalmente entre as elites paranaenses, o que nos faz pensar que

provavelmente havia interesses econômicos em jogo. Porém, do ponto de vista da população, a criação do território era encarada com bons olhos. Existem relatos de outras regiões do Estado que queriam fazer parte do território (LOPES, 2002). No entanto, não houve debates e discussões nos meios de comunicação: a criação do Território Federal do Iguaçu foi praticamente imposta.

Todos os territórios federais foram criados ao longo da faixa de fronteiras, também pré-determinada pela Constituição de 1937. Localizando-se na parte centro-ocidental do Sul do Brasil, o Território Federal do Iguaçu apresentava limites com o Território de Ponta Porã e os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A fronteira internacional era com Argentina e Paraguai como podemos visualizar na Figura 3.

Figura 3: Mapa do Território Federal do Iguaçu. O território era composto por domínios até então paranaenses e catarinenses

Fonte: Coletânea... (2011).

A decisão para a escolha da capital do Território Federal do Iguaçu foi uma verdadeira confusão. O primeiro decreto-lei determinou que a capital se instalasse na cidade de Foz do Iguaçu, porém, em seguida, foi transferida para Laranjeiras do Sul, o que fez a cidade ter de mudar o nome para Iguaçu. As autoridades justificavam essa contradição, argumentando que Laranjeiras do Sul estava mais próxima da ‘civilização’. Até a mudança de capital, a cidade não fazia parte do Território Federal. Essa medida ampliou as fronteiras do Território Federal do Iguaçu, colocando-as entre os rios Restinga Grande e Cavernoso.

As repercussões

As primeiras repercussões observadas em jornais sobre o Território Federal do Iguaçu eram favoráveis à ideia. A reportagem do jornal curitibano *O Dia* indica que a criação do território tinha como objetivo estimular o desenvolvimento social e econômico não apenas em âmbito regional, mas em nível nacional:

Medida de estimável alcance, modularmente vinculada aos interesses da segurança do país e ao mesmo tempo, aos imperativos do próprio desenvolvimento social e econômico da nação, ela repercutiu, profundamente, como não poderia deixar de ser, em todos os círculos de opinião nacional, e, de modo particular, no Paraná, de vez que a área destinada ao Território do Iguaçu será constituída de partes de alguns municípios de seu quadro político-administrativo (TERRITÓRIO..., 1943).

Contradizendo essas opiniões, muitos intelectuais e autoridades ficaram perplexas com o que denominaram de descaso com o povo paranaense, já que a fundação do território não contou com nenhum tipo de consulta pública entre os paranaenses. O historiador Davi Carneiro elencou críticas ácidas à administração do Território Federal do Iguaçu, destacando a conivência com a corrupção. Também o futuro governador

do Paraná, Bento Munhoz da Rocha Neto⁵, em uma sessão da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade do Paraná, realizada em 1943, criticou a falta de explicações e a ausência de motivos convincentes sobre a fundação do Iguaçu (BAHLS, 2007).

O militar João Garcez do Nascimento foi o primeiro governador do território, depois substituído pelo Coronel Frederico Trota. No corpo administrativo do governo no Território Federal, além do governador, havia uma consultoria jurídica, um representante em Curitiba e um representante na Capital Federal, que na época era sediada no Rio de Janeiro. Existia também os serviços de Geografia e Estatística, Diário Oficial, Arquivo, Seção de Divulgação, Protocolo, Seção de Municipalidades. Além da capital Iguaçu [Laranjeiras do Sul], foram instalados os seguintes municípios: Foz do Iguaçu, Xapecó, Clevelândia e Manguaçu.

Com muito custo foram encaminhados profissionais para atuar na área, como professores, policiais, delegados e diretores de obras. Mesmo assim, a administração sempre sofreu de falta absoluta de pessoal convenientemente habilitado para os cargos precisos. Os salários eram considerados altos, mas se desvalorizavam diante do alto custo de vida e da dificuldade de atendimento das necessidades mais básicas na região. Para o Coronel Trota, o segundo governador do Território Federal do Iguaçu, o que movia os cidadãos a deixarem cidades cheias de recursos, como Curitiba ou Rio de Janeiro, para trabalharem numa região completamente abandonada era a coragem cívica. Retomando o discurso de nacionalidade em que se reavivou a figura do bandeirante como herói nacional, o Coronel afirma:

‘Rumo ao oeste’ é uma frase magnífica e só é compreensível por aqueles que de fato rumaram para o oeste, mas necessário se torna que no lado ocidental de nosso país, desprovido do conforto e facilidades da orla marítima-, seja colocado algo compensador, material ou moral. A epopéia dos bandeirantes só foi possível porque havia a acenar-lhes,

5 Foi governador do Paraná de 1951 a 1955.

no ocidente, possibilidades de riquezas (LOPES, 2002, p. 150).

Levando-se em consideração a situação calamitosa em que se encontrava a região em tempos anteriores, os resultados de planejamento alcançados no Território foram muito significativos em quesitos relacionados à educação, saúde, comunicação, saneamento e povoamento. Em 1945 o regime do Estado Novo chegava ao fim e, como uma nova constituição seria votada, alguns políticos paranaenses aproveitaram o momento histórico favorável e fizeram uma aliança com Mato Grosso e Santa Catarina para desfazer o Território Federal Iguaçu e de Ponta Porã. A emenda constitucional foi apresentada pelo político paranaense, Bento Munhoz da Rocha Neto.

Com a emenda apresentada por Bento Munhoz da Rocha Neto na elaboração da Constituição de 1946, o Território do Iguaçu foi extinto e a parte territorial que cabia ao Paraná foi reintegrada ao seu mapa. Ele qualificou de ‘absurdo monstruoso’ a criação do Território e afirmou que sua extinção não prejudicou, mas favoreceu o crescimento da região Oeste.

Para que os problemas do abandono regional fossem resolvidos, o Interventor do Estado do Paraná, Brasil Pinheiro Machado, sugeriu a criação de um departamento especial, o Departamento do Oeste. Este órgão deveria tratar de necessidades da região. Em troca, a população do Território teria que se manifestar a favor de sua extinção, enviando ao governo federal e aos parlamentares da Assembleia Constituinte alguns telegramas que emitissem opiniões favoráveis à volta da situação anterior a 1943.

Essas manifestações ocorreram por cartas, jornais e telegramas. Após alguns acordos, a população paranaense cedeu ao apelo político e começou a se movimentar em prol da reintegração com o Paraná, acelerando a desativação do Território Federal do Iguaçu. O Paraná voltava a ter as suas fronteiras históricas de 1916. Contudo, esse projeto de emancipação

regional não desapareceu completamente, mas permaneceu à espreita de uma nova oportunidade.

Figura 4. Mapa do Estado do Paraná (1948), após a reintegração do Território Federal do Iguaçu.

Fonte: Coletânea... (2011).

Novas tentativas de emancipação

Uma nova oportunidade de emancipação do território surgiu no ano de 1962, quando, em 21 de abril, foi criada a Comissão Executiva para Criação do Estado do Iguaçu (CODEI). Sob influência de algumas lideranças locais, novamente ressurgiu um projeto que procurava separar, principalmente a região Oeste, do restante do Estado. No entanto, esse projeto foi arquivado, pela falta de apoio político das autoridades e também da maioria da população. Na década de 1990, ainda podiam ser

ouvidas vozes, inclusive políticas, que defendiam a separação da região e a formação de outro Estado.

O Movimento Pró-criação do Estado do Iguaçu, que surgiu em 1946, quando da extinção do Território Federal do Iguaçu, sobreviveu entre os anos 1950 e 1960, fortalecendo-se entre os anos de 1980 e 1990. Edi Siliprandi, principal líder do movimento, foi eleito deputado federal em 1990 e levou até a tribuna da Câmara dos Deputados um Projeto Legislativo que propunha a realização de um plebiscito sobre a criação do Estado do Iguaçu. Apresentado em 28 de novembro de 1991 e contando com algumas aprovações iniciais, o Projeto de Decreto Legislativo (nº 141/91) foi votado e rejeitado no Plenário da Câmara em 31 de março de 1993. Contra esse projeto, foi criado o movimento ‘O Paraná é indivisível’, organizado por Aníbal Khury, presidente da Assembleia Legislativa na época, que trabalhou e saiu vitorioso contra a aprovação daquele.

Recentemente, o movimento não obteve grandes repercussões, muito embora o principal membro de sua articulação, Edi Siliprandi, tentou se re-eleger deputado federal nas eleições de 1994 e de 2002. Utilizando-se de *slogans* como ‘seu voto vale um estado’ e ‘o Estado do Iguaçu existe... somos nós’, Siliprandi foi derrotado nas urnas nas duas eleições. Com isso, essa ideia, hoje, é quase que inexistente.

O Território Federal do Iguaçu, apesar de sua curta duração (1943-1946), é um exemplo de como o passado interage com o presente. As regiões Oeste e Sudoeste do Paraná estiveram historicamente envolvidas em conflitos fronteiriços, como a disputa entre Brasil e Argentina, na Questão de Palmas; o conflito de limites entre o Paraná e Santa Catarina, no movimento do Contestado; e os movimentos mais recentes pela criação do Estado do Iguaçu. Esses fatores fazem parte de uma identidade histórica da região, pois estão presentes na memória paranaense, apesar de ser um tema conhecido minimamente pela sua população e existir poucas pesquisas sobre o assunto.

Referências

AQUINO JUNIOR, José. Região do Contestado (PR-SC): território e poder, marcas do passado ao presente. *Revista Geoiंगा*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 75-91, 2009.

BAHLS, Aparecida Vaz da Silva. *A busca de valores identitários: a memória histórica paranaense*. Curitiba, 2007. 207 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

COLETÂNEA de mapas históricos do Paraná. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br>>. Acesso em: 19 dez. 2011.

COLODEL, José Augusto. Cinco séculos de história. In: PERIS, Alfredo Fonseca (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional: região oeste do Paraná*. Cascavel: Edinuoeste, 2008. p. 29-75.

DIAS, Emerson Santos; PRIORI, Angelo. Fronteira sitiada: as memórias dos moradores de Foz do Iguaçu sobre os movimentos tenentistas (1924-1925). In: PRIORI, Angelo (Org.). *História, memória e patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009. p. 49-64.

LOPES, Sérgio. *O Território do Iguaçu no contexto da 'Marcha para oeste'*. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas: Unicamp, 2004.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)*. São Paulo: Ática, 1981.

TERRITÓRIO do Iguaçu: contribuição do Paraná à segurança do Brasil. *O Dia*, Curitiba, 15 set. 1943.

WACHOWICZ, R. C. *Paraná Sudoeste: ocupação e colonização*. 2. ed. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.